



EDIÇÃO E SOCIABILIDADES INTELLECTUAIS: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO E DA ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (1937-1944)

VANESSA COSTA DE MACEDO*

Por que essas revistas e esses grupos, após terem ditado as regras num domínio estreito, conseguiram um dia impor sua lei à República das Letras? (SIRINELLI, 1996: 258)

Em abril de 1938 foi criado na capital federal o Instituto de Estudos Brasileiros por João Augusto de Matos Pimenta. Vinte e quatro anos depois em 1960 em São Paulo na USP, foi criado o Instituto de Estudos Brasileiros por Sérgio Buarque de Holanda. Quais as distâncias que separam as duas experiências de mesmo nome no cenário intelectual brasileiro? Em primeiro lugar temos a experiência do IEB da USP largamente conhecida e reconhecida não apenas por seu fundador, mas pela atividade intelectual que guarda desde a fundação da USP a primeira geração de sociólogos da década de 1930 e que na década de 1960 assistiu a crescente atuação destes no espaço público brasileiro. Por outro lado, temos o IEB do Rio de Janeiro que encontrou o silêncio e o apagamento da sua memória e da sua experiência, além do não reconhecimento na historiografia brasileira contemporânea¹. Quais as razões para este apagamento da memória e da experiência homônima no Rio de Janeiro?

Grandes diferenças separam as duas experiências em suas temporalidades, fundações e espaços, entretanto, é fundamental reconhecer que ambas se dão no espaço público brasileiro por meio da atuação de intelectuais. Vinte e quatro anos seriam suficientes para apagar qualquer referência acadêmico-científica e/ou político intelectual, sobre a existência e atuação de um conjunto significativo de intelectuais na cidade do Rio de Janeiro, capital da República? Nossa hipótese é que este apagamento revela certo “fracasso do projeto”² do IEB

* Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais com financiamento da Capes sob a orientação do professor Luciano Mendes de Faria Filho, formada em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

¹ Nenhuma referência encontrada na comunidade científica, como congressos e revistas da área de história ou de história da educação, assim como na busca nos congressos e revistas da área de História do Brasil e História da Educação. Na tese de livre docência de Luciano Mendes de Faria Filho é mencionada ao falar sobre a atuação de Luiz Camilo de Oliveira Neto que atua no IEB entre 1940 até 1944.

² Estabelecer a ideia de que houve um fracasso significa dar revelado a outra trajetória que teve sucesso e assim compará-las pela diacronia, o que se apresenta como um exercício anacrônico. A aproximação aqui estabelecida tem o propósito de reconhecer que historicamente uma experiência conseguiu estabelecer seus padrões de atuação e outra não. Aqui o caráter anacrônico da afirmação revela aproximações e distanciamentos que são importantes para reconhecer as duas experiências e situá-las em seus contextos. Portanto, não é sobre um

do Rio de Janeiro condicionado pelo ambiente científico acadêmico que o sufocou e que se estabeleceu e se fortaleceu entre os vinte e quatro anos que os separaram, uma vez que a dinâmica de organização dos intelectuais no Brasil solidificou algumas experiências e outras não, caracterizada pelo processo institucionalização das Ciências Sociais que organizam a produção de saber, os quadros de profissionalização e os espaços de atuação intelectual. Neste cenário o IEB da capital da República figura como mais uma experiência que não logrou êxito, entretanto sua existência é significativa para compreender o contexto de atuação intelectual no país nas décadas em que atuou.

No Rio de Janeiro o IEB esteve cronologicamente acertado com o Estado Novo condicionando o ambiente intelectual fortemente marcado pela atuação do estado na vida política que sediou “extraordinária expansão do setor público e, em consequência, a gênese de uma categoria social específica – o funcionalismo público de carreira” alimentando trocas entre dirigentes políticos e intelectuais (CARVALHO, 2007: 24). Por outro lado, em São Paulo com a criação da USP em 1934, a formação dos quadros intelectuais esteve voltada para a profissionalização da primeira geração de sociólogos de formação estritamente acadêmica que defendiam separação da política e reconheciam seu papel como atores da modernização em curso (Idem).

As duas experiências se distanciam para além do ambiente criado nas respectivas décadas e cidades, pois se constituem como propostas que são compostas de maneira bem diferentes. Tal comparação é pertinente para marcar a diferença e reforçar que as duas décadas que as separam são fundamentais para justificar nenhuma referência de uma a outra. Além disto, o IEB do Rio de Janeiro configura sua proposição em aspectos específicos relativos à sua sociabilidade, especialmente em suas estratégias de mediação intelectual pela tentativa de agendamento do debate público como *tribuna livre*. Estas duas características contribuem para configurar uma experiência particular, em primeiro lugar por se constituir como um registro de sociabilidade que mobiliza diferentes grupos de intelectuais que apresentavam propostas políticas diferentes e divergentes entre si, em segundo lugar, pela tentativa de transitar em um registro científico que ganha impulso com a criação da Universidade do Distrito Federal, Universidade do Brasil e a Universidade Pontifícia Católica

em São Paulo. O que faz do Instituto de Estudos Brasileiros uma experiência incomum é a sua tentativa de ocupar o espaço público ligando diferentes estratégias de atuação ao propor o debate político-intelectual pela convergência de diferentes pontos de vista.

Mais à frente veremos como se constitui o quadro de atuação do IEB no que diz respeito à proposição de sua atuação em termos de formalização. Para isto utilizamos os documentos de divulgação do Instituto, em especial o folheto que apresenta a ata de fundação, documentos e informações. Analisamos também, o mapeamento geral da revista, assim como os quadros de trocas entre os membros e mantenedores do Instituto. O objetivo deste texto é apresentar o IEB a partir das proposições formalizadas na sua estrutura de atuação e estatuto e, com isto, verificar como as redes, os temas e as trocas são efetuados entre seus componentes no periódico.

O trabalho desenvolvido em nível de doutoramento, a que este texto se remete, tem como objetivo compreender a atuação de intelectuais brasileiros vinculados a projetos políticos em disputa nas décadas de 1930 e 1940 especialmente no Rio de Janeiro. Dentre estes projetos a educação figura como como tema central na composição de estratégias de intervenção no espaço público e de diagnóstico de Brasil, neste sentido, buscamos compreender como a educação é mobilizada, mas também em como se constitui como espaço de disputa de sentido. Nosso interesse investigativo busca diálogo com trabalhos³ que recompõem a ambiência sócio-política-cultural em que estes sujeitos atuaram e em como esta ambiência esteve configurada por dinâmicas de articulação dos grupos intelectuais atuantes na capital da república e no país durante a ditadura civil de Getúlio Vargas (1937 - 1945). Os espaços de atuação institucionais, assim como as dinâmicas de atuação destes intelectuais configuraram espaços de sociabilidade que permitiram, por sua vez, o estabelecimento de um campo de atuação e de intervenção no político.

³ BOMENY, Helena. Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Univ. São Francisco: Ed. FGV, 2001; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro/Bragança Paulista: FGV/EUSF, 2000; GOMES, Ângela Maria de Castro. Essa Gente do Rio...: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999; MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: DIFEL, 1979; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p.231-170.

Aqui entendemos os intelectuais como sujeitos que atuaram em um campo de autonomia relativa⁴, e investimos sobre eles esforço interpretativo nos processos de constituição de seus grupos e espaços de atuação, nas redes organizacionais em que se moveram e atuaram e, por fim, na constituição de projetos políticos. Neste sentido buscamos percorrer a trajetória desses indivíduos por meio das ações empreendidas no espaço público brasileiro, ou seja, não apenas nos aspectos de sua formação, mas nas ligações estabelecidas, nos projetos empreendidos, nas obras realizadas e nos repertórios comuns. Para isto, compreendemos estes espaços como lugar de sociabilidade, ou seja,

Lugares de articulação de pessoas e ideias que precisam de suportes materiais e simbólicos para fazer circular seus projetos, sem o que eles perdem significado. Os ganhos, portanto, são de ordem não instrumental, estando fora da lógica dos cálculos de custos e benefícios materiais, e inserindo-se no universo das paixões, crenças e vaidades intelectuais (...). (GOMES, 1999:57-58).

Em torno das casas editoriais, dos cafés, bares e livrarias, assim como das entidades civis que estes intelectuais se organizaram para formar grupos e estabelecer modos de fazer circular seus projetos e ideias. Estas configurações mais ou menos formais se correlacionam com o clima político-cultural que se estabelece na própria cidade e do campo de atuação que conforma os modos de estabelecer relações, empreender projetos e atuar. Para isto recorreremos à materialidade, seja dos periódicos, das correspondências, das associações e organizações editoriais que estes sujeitos ocuparam e constituíram como meio, objeto e finalidade de suas ações.

A partir desta disposição material, é possível seguir o rastro da atuação destes sujeitos e grupos e com isto compreender seus ideais, valores e comportamentos, o que nos permite definir a genealogia de suas composições e os formatos organizacionais que conformam seus grupos. E dentro deste quadro investigativo, insere-se a pesquisa em torno do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB que congregou entre 1938 e 1944 cerca de 300 pessoas através da realização de conferências e da publicação de uma revista *Estudos Brasileiros*.

O Instituto de Estudos Brasileiros será uma organização apolítica, não oficial, visando o maior conhecimento do Brasil e a melhor solução de seus problemas.

⁴ De acordo com o entendimento de campo de Pierre Bourdieu de autonomia relativa em relação a outros campos, com uma dinâmica singular com mecanismos de ingresso e exclusão, força simbólica, regras, etc.

Para isso congregará a elite cultural do país, encorajando e desenvolvendo o intercambio de idéias, estimulando o debate das questões de alto interesse nacional, tudo dentro de uma justa liberdade de pensamento e um sadio espírito constructivo. Não se especializará nem no estudo de problemas puramente especulativos, nem essencialmente técnicos; manter-se-á no plano das idéias, dos ensaios e das sugestões, abrangendo todos os sectores da actividade e todos os campos do conhecimento no que se distinguirá das organizações especializadas ou particularistas já existentes. Evitará a apreciação inilateral dos objectos de seus estudos, focalizando-os em todos os seus contornos, observando-os de todos os pontos de vista, um higienista, um economista etc. Graças a essa universalidade de visão, e a esse concurso de forças constructoras, o problema será considerado em todos os suas faces, caminhos serão abertos a soluções mais adequadas, maior, enfim, será o rendimento da intelligencia brasileira pelo aproveitamento sinergico dos seus melhores elementos. (ATA DE FUNDAÇÃO DOCUMENTOS INFORMAÇÕES, 1938:2)

O IEB apresenta como objetivo o conhecimento do Brasil e a solução dos seus problemas, e para isto busca congrega a *elite cultural* do país estimulando ideias e o debate das questões de interesse nacional. Aos homens de pensamento e de cultura é dada a missão de pensar sobre a nação, de compreendê-la, de propor soluções e, para isto, o IEB se coloca como um espaço de exercício do pensamento onde a reunião destes homens possa gerar um *espírito construtivo* para a nação. Entretanto, este não é o espaço da ação, uma vez que a ação cabe ao Estado, e sim o espaço do debate “das ideias, dos ensaios e das sugestões, não tanto no plano especulativo, mas também não especializado” e faz com que se entenda como uma organização diferente das demais.

O IEB se apresenta como *tribuna livre* e pretende ocupar um espaço importante do exercício intelectual entre os anos de 1938 e 1944 em que funcionou e, ao congrega a elite cultural do país e ser o espaço do debate intelectual, se apresenta como espaço privilegiado para onde deva convergir a intelectualidade em torno da missão de solucionar os problemas da nação no processo de modernização. Em seu estatuto, se reconhece que o benefício do debate se dá no plano *das ideias, dos ensaios e das sugestões*, o que reforça o exercício intelectual da época⁵ onde a influência das universidades se deu mais plano da formação e não como lugar do exercício da atividade intelectual, mas ao mesmo tempo em que se afasta da

⁵ Nas primeiras décadas do século XX o associativismo, juntamente com a expansão do mercado editorial ampliam as possibilidades de estabelecimento de espaços de sociabilidade intelectual. Muitos destes intelectuais, editores, profissionais liberais se reuniram em torno de projetos políticos formalizados em associações, jornais, editoras e livrarias participando ativamente do debate político e atuando como personagens importantes no processo de constituição de um campo de atuação. Nas décadas seguintes, com a ampliação da estrutura de estado o funcionalismo público passa a receber estes intelectuais, o espaço mais importante de sua atuação serão as universidades e o próprio Estado.

tendência da especialização do conhecimento que assistimos um pouco depois na criação das universidades - em especial a Universidade do Distrito Federal – UDF fundada em 1935 a Universidade de São Paulo – USP de 1934 e a Universidade do Brasil - UB fundada em 1937.

Para que os objetivos do instituto fossem alcançados seria necessário considerar os temas e os problemas do Brasil em todas as suas faces e de variados pontos de vista para que pudessem chegar a soluções mais adequadas. O IEB assim, se revestiu de imparcialidade ao congregar a elite cultural e ao apreciar os temas em sua completude, com isto intencionou funcionar como um *sujeito coletivo imparcial* capaz de chegar às soluções dos problemas e do atraso do país. O benefício do debate é da inteligência brasileira e da elite cultural, que não apenas compreenderá melhor o país, mas sobre seus problemas apontará soluções que beneficiará toda a nação.

Estes problemas são aqui entendidos em duas faces, primeiro que são da ordem do conhecimento do Brasil, ou seja, do pensamento social político brasileiro, segundo que são problemas de ordem política, ou seja, sobre a estrutura de estado e suas ações. Ainda que o IEB coloque para si um espaço que é diferente da ação do governo, assim como é diferente da produção de conhecimento especializado, ele transita entre os dois lugares. Primeiro que ao propor soluções, traz para si, a missão de guiar as ações do Estado indicando os melhores caminhos para a resolução dos problemas da nação. Segundo que, um aspecto fundamental da atuação e funcionamento do IEB, diz respeito a mobilização de especialistas alocados em áreas do conhecimento, estes por sua vez, eram convidados na condição de conferencistas para que pudessem apresentar uma conferência que era posteriormente debatida entre os demais, sendo este convite não apenas o reconhecimento da importância intelectual do convidado, muitos deles professores das universidades recém-criadas no país.

A missão do IEB em compreender o país está ligada ao entendimento e a capacidade destes intelectuais de exercício do pensamento político social e do reconhecimento do estado como vetor de mudanças. Para que os temas fossem considerados em todas as suas faces, seria necessário classificar os ramos da cultura para que fosse possível “enquadrar os especialistas brasileiros de acordo com as suas capacidades e predileções”, ou seja, aqueles que serão convidados na condição de conferencistas. Esta classificação vem a ser publicada no formato de folheto de divulgação com a “ata da fundação, documentos e informações” ainda em 1938,

mas sem data certa, onde consta a classificação das áreas do conhecimento e das atividades, elaborada por Alceu Amoroso Lima.

Além desta classificação, o instituto elaborou uma divisão do país em seis regiões:

1ª Acre, Amazonas, Pará e Maranhão, com sede em Belém; 2ª Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com sede em Recife; 3ª Alagoas, Sergipe e Bahia, com sede em S. Salvador; 4ª Espírito Santo, Minas Gerais e Goyaz, com sede em Belo Horizonte; 5ª Mato Grosso, S. Paulo, Paraná e Sta. Catharina, com sede em S. Paulo; 6ª Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. O Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro ficarão sob jurisdição imediata do órgão supremo do Instituto, com sede no Rio de Janeiro. (Folheto, 1938:3).

A divisão do país em regiões foi realizada com o interesse de ampliar a rede de contatos e ligações pelo Brasil, estas regiões com suas sedes tem cada uma um Delegado Regional escolhido pelo Conselho Diretor, que é responsável por “indicar os intelectuais e técnicos de sua região” para “promover conferencias sobre assuntos e problemas brasileiros, tratados sempre por uma autoridade e submetidos ao debate imediato de outros, de modo a esclarecer e informar a opinião nacional” (Idem). Cabe, portanto, aos membros do instituto composto por seu Conselho Diretor, Fundador e Delegados Regionais escolherem os intelectuais indicados por suas regiões, assim como seus debatedores. É importante lembrar que faz parte do objetivo do IEB compreender o Brasil em todos os seus aspectos e para isto a apreciação das conferências deve ser feita por meio de variados pontos de vista, ou seja, o propósito do IEB se realiza no debate e seus debatedores são os sujeitos fundamentais no empreendimento que beneficiará a todos.

Além da realização de conferências o IEB também editou uma revista “Estudos Brasileiros” destinada a publicação das conferências, dos debates e da crítica de livros, como de trabalhos. Inicialmente tem-se o interesse de publicar seis exemplares ao ano, com as conferências realizadas em dois meses de atuação e realização de debates, entretanto, esta frequência de publicação se verifica apenas nos dois primeiros anos de publicação, ou seja, entre Julho de 1938 a Julho de 1940, a partir de Agosto de 1940 verificamos a perda a

regularidade que retorna timidamente entre Janeiro e Julho de 1942, possivelmente devido à mudança de editor⁶.

ESTUDOS BRASILEIROS	ANO	VOLUME	NÚMERO	PERÍODO
Ano I	1938	Volume 1	nº 01	Jul - Ago
			nº 02	Set - Out
			nº 03	Nov - Dez
	1939	Volume 2	nº 04	Jan - Fev
			nº 05	Mar - Abr
			nº 06	Mai - Jun
Ano II	1939	Volume 3	nº 07	Jul - Ago
			nº 08	Set - Out
			nº 09	Nov - Dez
	1940	Volume 4	nº 10	Jan - Fev
			nº 11	Mar - Abr
			nº 12	Mai - Jun
Ano III	1940	Volume 5	nº 13 e 14	Jul - Ago - Set - Out
			nº 15	Nov - Dez
	1941	Volume 6	nº 16 e 17	Jan - Fev - Mar - Abr
			nº 18	Mai - Jun
		Volume 7	nº 19, 20 e 21	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez
			1942	Volume 8
nº 23	Mar - Abr			
nº 24	Mai - Jun			
Ano V	1942	Volume 9	nº 25, 26 e 27	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez
			nº 28	Jan - Fev
			nº 29 e 30	Mar - Abr - Mai - Jun
Ano VI	1943	Volume 11	nº 31, 32 e 33	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez
			1944	Volume 12
Ano VII	1944	Volume 13		

Tabela 1: Quadro geral de publicação

A revista apresenta um nível de formalidade que é verificável em suas páginas. Em primeiro lugar assemelhasse a um livro em seus capítulos e, mais importante, não traz em suas páginas nenhum anúncio ou propaganda. Suas seções são: capa, contracapa, folha de rosto, sumário, notícias sobre os conferencistas. Nos “capítulos” temos tanto o texto da conferência quanto os debates e, após esta seção, encontramos a revista de livros ou crítica de livros. A menção a editora da revista é mínima e quase imperceptível, consta apenas: 4768 – C. Mendes Júnior – Rio⁷.

⁶ Entra como editor-chefe Luiz Camilo de Oliveira Neto e sai Cláudio Ganns.

⁷ Funcionou no Rio de Janeiro na Rua Riachuelo nº 192. O levantamento realizado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional apresentam 36 diferentes tipos de publicação entre livros e periódicos. Publica também documentos oficiais especialmente do Ministério das Relações Exteriores entre 1940 e 1945.

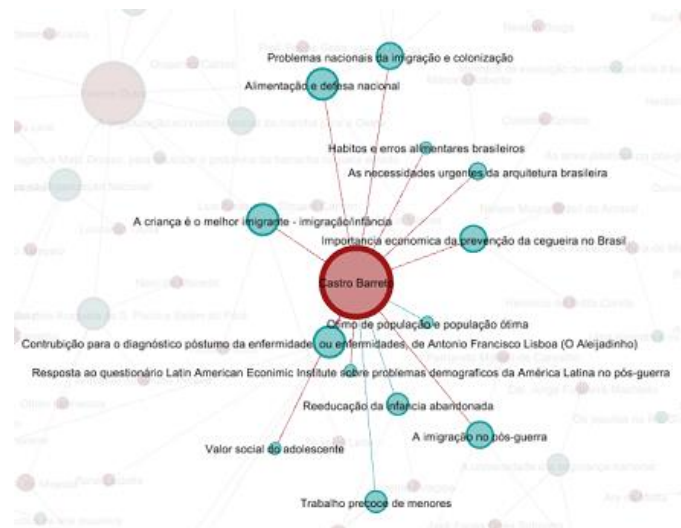
Em relação à circulação da revista seu estatuto menciona que sua distribuição é gratuita para seus membros, ou seja, o Conselho Diretor e os Delegados Regionais, além do Fundador e mantenedores do Instituto que pagarem contribuição. Menciona também que sua venda avulsa pode ser realizada em sua sede e que a assinatura da revista é uma das formas de financiamento do Instituto, entretanto, seu público-alvo é constituído daqueles que se “beneficiarão do espírito construtivo”, ou seja, a elite cultural, os intelectuais.

Em relação a sua circulação deve-se considerar em primeiro lugar que não é uma revista de fácil acesso em espaços de guarda no Brasil, considerando a Biblioteca Nacional. Este aspecto material da revista, em relação a sua pouca ou nenhuma perenidade nos espaços de guarda nos indica uma possível tiragem ínfima direcionada a poucos de seus membros, mantenedores e assinantes⁸. Em segundo lugar, deve-se dimensionar o aspecto material do periódico, ou seja, pelo formato de livro e pela ausência de propaganda.

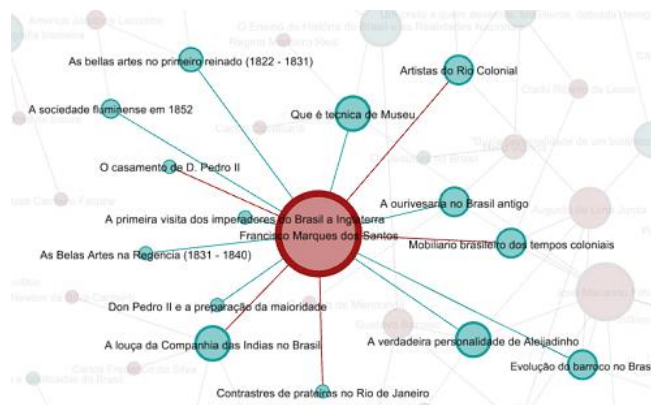
Ainda em relação ao periódico e aos textos de suas conferências, encontramos uma profusão de tipos e modelos de textos, muitos destes apresentam referências bibliográficas citações, outros assemelhasse a ensaios, muitos ao longo do tempo não tem debate algum, o que supõe como texto recebido para publicação. Como os textos da revista são a conferencia e seu debate, é possível perceber as marcas da oralidade de uma palestra, assim como marcação do escrito, o que supõe que seu orador acompanha um texto em mãos. Por outro lado, o debate que segue a conferência apresenta um forte teor da oralidade, com críticas, pausas, risos e discussão. Tais marcações necessitaram do trabalho meticuloso em tempo real à realização das conferências e, demonstra a importância dada àqueles homens que se encontraram pessoalmente para escutar um especialista e debater o tema proposto. Recuperar a ideia de que a própria presença na condição de debatedor se faz possível apenas por convite, por participação como membro ou como mantenedor, demonstra que o debate não estava aberto a todos. Essas dimensões do impresso dão conta do alcance do empreendimento, ao menos em termos de proposição. Se por um lado era necessário estabelecer contato com intelectuais por todo o país, por outro lado a circulação de sua revista teria como público os próprios intelectuais objetivando alongar o debate realizado no IEB pelo Brasil.

⁸ Os exemplares da revista que temos acesso estão no CEPDOC da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e foram doados pelo professor Luciano Mendes de Faria Filho que os encontrou em um sebo na cidade de Salvador durante a pesquisa que realizou para sua tese de livre-docência em 2012.

Ao congregar indivíduos de diferentes grupos no debate sobre diferentes temas com objetivo de que esta atuação coletiva caracterizasse um esforço imparcial capaz de indicar ao estado quais as melhores formas de resolver os problemas do país, veremos que no quadro de composição da atuação dos sujeitos temos diferenças de participação substanciais. Essas diferenças dizem respeito à composição em torno de diferentes temas que agregam sujeitos reconhecidos por atuarem sobre o assunto proposto, ou seja, a mobilização dos intelectuais se dá pelo tema escolhido e seu conferencista, mas o debate se dá pelo reconhecimento de diferentes intelectuais que trabalham com o mesmo tema.



(Figura 1) Rede de conferências e debates com a participação de Castro Barreto



(Figura 2) Rede de Conferências e debates com a participação de Francisco Marques dos Santos

As duas figuras acima mostram dois intelectuais que participaram ativamente do IEB, seja nos debates ou na realização de conferências, mas que não se conectaram em relação aos temas por cada um abordado, uma vez que a rede que conecta debatedores e conferencistas em torno de temas não mobiliza áreas do conhecimento diferentes, mas sujeitos com inserções políticas, grupos e associações diversas. O debate se constitui da convergência de pontos de vista diferentes, divergentes e muitas vezes conflitantes e se endereçam ao entendimento na proposição para resolução dos problemas.

Especialistas, totalidade, liberdade de pensamento, espírito construtivo, palavras colocadas que compõem o léxico mobilizado pelo IEB, cumprem a função de adequar o projeto do instituto ao discurso científico em vigor. Todas estas palavras presentes no ideário científico compõem a estrutura funcional do IEB e dão sentido as funções dos sujeitos atuantes. Estes sujeitos viveram uma mudança de sentido do trabalho e reestruturação do campo em que atuaram, ou seja, o ordenamento de sentido se dá na reestruturação do campo intelectual no Brasil uma vez que as universidades, a produção acadêmica e o método científico das ciências sociais modificam os espaços de atuação, tornando-se mais tarde, espaço privilegiado de exercício do pensamento, da crítica social e da produção intelectual, coroando, muitas vezes, a atuação daqueles que viveram ativamente as primeiras décadas do século (GOMES, 1999)⁹.

Veremos que o IEB busca absolver a dinâmica do trabalho científico-acadêmico e a anuncia na proposição de sua atuação, entretanto, o quadro de atuantes mescla tanto aqueles provenientes de grupos e associações existentes nas décadas de 1910, 1920 e 1930, tanto no Rio de Janeiro, São Paulo e no país, quanto aqueles que representam as novas tendências do pensamento político e social brasileiro amparados pelo novo ideário científico das Ciências Sociais.

A própria identidade que o IEB requer para si apresenta duas características principais: primeiro a de que atua de forma imparcial, ou seja, não influencia subjetivamente no exercício da sua função que é o apontamento de problemas e soluções para o país e, segundo, que é capaz de considerar todos os temas de interesse nacional e por sua vez, exercer sob eles ampla

⁹ Como demonstra Ângela Castro Gomes, as universidades representam o sucesso da atuação destes homens que alcançam o lugar privilegiado do debate, muitos deles atuantes nas primeiras décadas do século. Universidade do Brasil, Universidade do Distrito Federal, Faculdade de Recife, etc.

apreciação. Existe aqui uma clara menção ao método científico e o IEB se coloca como sujeito coletivo imparcial que exerce sob o objeto analisado influência zero. Este objeto – a nação, representada pelos temas de interesse nacional, são analisados através de um método que consiste em analisar a nação em suas variadas faces e por sua vez problematizar a partir das variadas especialidades do conhecimento, este método objetiva com isto dissecar os problemas do país.

Entretanto, identificar os problemas não basta para este projeto empreendido pelo IEB, é necessário propor soluções uma vez que o papel de intelectual que estes sujeitos ocupam consiste em dar seguimento a missão de conduzir o país. Ou seja, de um lado está a nação como objeto a ser compreendido e analisado e sob este objeto incidirão as apreciações dos especialistas situados em áreas do conhecimento. Do outro lado está o sujeito coletivo, o IEB, que apresenta uma dupla composição - no que diz respeito ao instituto e aos colaboradores.

Nessas condições os quadros dos colaboradores do Instituto serão constantemente refundidos e ampliados pela inclusão de valores novos. Arrolados, assim, os representantes da cultura de todo o Brasil, com indicação de seus conhecimentos especializados, o Instituto promoverá precipuamente conferências sobre assumptos e problemas brasileiros, tratados sempre por uma autoridade e submetidos ao debate immediato de outros, de modo a esclarecer e informar a opinião nacional. (ATA DE FUNDAÇÃO DOCUMENTOS INFORMAÇÕES, 1938)

Estes colaboradores, os sujeitos convidados para realização de conferências, são considerados especialistas sobre determinado tema nacional. O tema a que se ligam compõe uma classificação dos conhecimentos e atividades que é apresentada pelo IEB. A organização de conhecimento e atividades, segundo o texto de apresentação do IEB, acompanharia indefinidamente o surgimento de especialidades e de especialistas, ou seja, a possibilidade deste quadro expandir-se consideravelmente. Neste sentido o IEB que mantém uma posição estratégica de espaço de debate destas ideias, manteria indefinidamente sua posição de espaço privilegiado de compreensão da nação em seus problemas e em suas soluções.

Mais à frente desenvolveremos melhor a dupla constituição do sujeito coletivo imparcial, mas para isto é necessário compreender as dinâmicas de atuação do IEB em seu funcionamento baseado na realização de conferências e nos debates das mesmas publicados integralmente na revista *Estudos Brasileiros*.

O IEB em torno deste objetivo maior apresentado nas linhas acima, através da confecção de

Uma Revista bimestral intitulada – “ESTUDOS BRASILEIROS” – publicará a integra de cada conferencia, seguida da summula dos debates. Publicará ainda, - sempre assignada por especialistas dos quadros do Instituto, - uma critica succinta dos livros, brasileiros ou não, que interessem objectivamente nosso paiz. (ATA DE FUNDAÇÃO DOCUMENTOS INFORMAÇÕES, 1938)

A existência desta dinâmica de atuação traz à tona a existência de uma dinâmica organizacional do instituto, com Secretário Executivo e com um corpo de funcionários significativo, além de Conselhos Editorial e Diretor permanente e atuante, e uma distribuição nacional em Delegacias Regionais pelo país. O IEB congregou em um duplo exercício do espaço de sociabilidade aqueles que compõem a sua estrutura organizacional nos espaços de atuação e trabalho dentro do instituto; e aqueles que são convidados na condição de conferencistas e debatedores. Este traço de atuação do IEB caracteriza a especificidade de sua constituição como lugar de sociabilidade intelectual, que por sua vez, guarda relação com o modo como a intelectualidade se insere nos debates do período.

Veremos que ao setorizarmos os espaços de atuação dentro do IEB teremos uma dupla constituição. A primeira diz respeito a uma *dinâmica institucional*, nela estão o Fundador, o Conselho Diretor, o Editor, o Conselho Editorial, os Delegados Regionais e a Crítica de Livros. Do outro lado, em uma *dinâmica de debates*, estão os Conferencistas ou colaboradores e os Debatedores.

Na composição do instituto, especialmente no Conselho Diretor e Delegados Regionais, veremos uma forte circulação e menção destes setores, ou seja, tanto na atuação, como no debate, entretanto, compreendemos esta face do IEB como estratégica na composição dos debates que se seguem. É curioso também notar a existência de uma função específica dentro do Conselho Diretor denominada de Ligação Intelectual, que inicialmente é ocupada pelo comandante Eugênio de Castro e logo após o primeiro semestre de atividades é substituído por Leonidio Ribeiro e chama atenção para o posicionamento estratégico em lugares de atuação do IEB que permitem ao sujeito o exercício de sua sociabilidade, ou seja, afirmamos que determinados setores irão propiciar aos sujeitos que ali atuam maior possibilidade de empreendimento intelectual.

Estes sujeitos atuaram na mediação de temas de interesse nacional com especialistas, ou seja, ao eleger os temas e os convidando para as conferências e debates. Isto permitiu o agenciamento da rede de sociabilidade. Lembremos que o objeto de estudo, a nação, será esquadrinhada em temas que compõem sua unidade, entretanto, o sujeito – IEB é ambivalente, ele é não só o conjunto do empreendimento do instituto (membros do instituto), mas também é o conjunto daqueles que são convidados para os seus debates (colaboradores) estes, por sua vez, são orquestrados por aqueles e esta característica é o cerne da atuação do IEB: mediação.

A questão que se segue diz respeito ao reordenamento do campo intelectual e o IEB buscou acompanhar a tendência do academicismo crescente e, ao corroborar com isto, apresentou uma diferença significativa nos quadros que compõe o instituto e os debates. A hipótese aqui se centra em reconhecer que esta ambivalência do sujeito coletivo - IEB, um, imparcial e mediador, o outro, especialista/debatedor/colaborador, camufla a tentativa de manutenção de uma forma de organização e exercício da sociabilidade intelectual presente nas décadas de 1920 e 1930 - de onde uma grande parte dos membros do IEB foram atuantes. Estes sujeitos continuaram, através do IEB¹⁰, a atuar mobilizando sujeitos, grupos, temas, recorrendo as redes estabelecidas nas décadas anteriores e adaptando-se a novos modelos, protocolos de atuação e léxico científico.

Compreender o tipo de inserção do IEB na sociabilidade intelectual carioca e brasileira, nos remete a compreensão da sua constituição em lugar de sociabilidade, em uma escala maior está o modo como esta intelectualidade, atuante na capital da república, se insere nos debates do período e define um campo de atuação, em uma escala menor, a forma como o sujeito coletivo, IEB, exerce mediação de temas e pessoas engajando uma disputa do campo intelectual e político em que se movimenta. Aqui fazemos uso de um duplo entendimento, de que o IEB constitui e é constituído por esta sociabilidade, e que sua atuação na mediação dos sujeitos, se realiza a partir do uso das formas de inscrição social destes intelectuais no contexto de atuação da intelectualidade em especial no Rio de Janeiro.

Para isto é necessário compreender que o IEB está cronologicamente localizado em um período de acirramento de posições políticas e, especificamente no Rio de Janeiro, veremos o

¹⁰ Possivelmente de muitos outros empreendimentos e projetos em disputa de campo de atuação.

fortalecimento do aparelho de estado e a entrada de muitos destes intelectuais em cargos do funcionalismo público, além da criação do Ministério da Educação e Saúde, estrategicamente comandado por Gustavo Capanema, do já existente e atuante Ministério das Relações Exteriores e do recente Departamento de Imprensa e Propaganda o DIP, além da tentativa de criação e fechamento da Universidade do Distrito Federal e da criação da Universidade do Brasil. Este período, diferentemente dos anos 1910 e 1920, assiste ao fortalecimento do Estado, do autoritarismo e do catolicismo no debate público em um clima de luta e radicalização política, onde a disputa no campo de atuação intelectual diz respeito a disputas de projetos para a nação.

O acirramento do debate, a radicalização de posições políticas, a entrada considerável de intelectuais no funcionalismo público, a ampliação do aparelho de Estado, o debate autoritário e católico, modificam o quadro de atuação destes sujeitos não apenas no estabelecimento de ligações e na montagem de redes de sociabilidade, mas no reordenamento do campo de atuação destes intelectuais. Sergio Miceli (2001) chama de racionalização burocrática, o modo como a procedência social se mescla às novas necessidades décadas de 1930 e 1940 configurando um novo tipo de ordenamento com o auxílio da intelectualidade proveniente das classes dirigentes em decadência.

no que diz respeito às relações entre intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma intelligentsia e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico

E mais adiante:

cumpra admitir que o novo estágio da divisão do trabalho administrativo acabou suscitando mudanças de peso nas relações entre os intelectuais e a classe dominante. (...) os intelectuais do regime Vargas estavam muito mais vinculados aos figurões das elites burocráticas do que aos dirigentes partidários ou as facções políticas de seus respectivos estados (...) se empenhavam com garra em ampliar, reforçar e gerir as “panelas” burocráticas de que faziam parte e só se sentiam credores de lealdade em relação ao poder central. Dessa maneira, os intelectuais contribuíam decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de certa autonomia em face tanto dos interesses econômicos regionais como dos dirigentes políticos estaduais. (MICELI, 2001:198)

A noção de burocratização racional presente em Sergio Miceli diz respeito não só a esta entrada de intelectuais no aparelho de Estado, mas em como o governo de Vargas estabelece uma lógica de intervenção nos setores de produção e difusão cultural, fazendo da cultura um negócio oficial com funcionamento burocratizado. Ou seja, diferentemente das décadas anteriores em 1910 e 1920 onde estes intelectuais estavam organizados em torno de casas editoriais, cafés, livrarias e compunham grupos de atuação mais ou menos institucionalizados, nas décadas seguintes a ampliação do estado com a criação de órgãos como o próprio DIP e a Secretaria do Patrimônio Nacional, entre outros, absolve grande parte daqueles que empreenderam projetos e em torno deles obtiveram algum sucesso. É isso que aponta Ângela de Castro Gomes no livro *Essa gente do Rio* ao tratar do encerramento da publicação do periódico *Festa* comandado por Tasso da Silveira e Andrade Muricy que adentram respectivamente na Universidade do Brasil e na Universidade do Distrito Federal, “desta forma, Muricy e Tasso estariam integrados no que se constitui como o mais significativo espaço de sociabilidade intelectual do país, nos anos 30: a universidade” (GOMES, 1999:76)

Referências

- ATA DE FUNDAÇÃO DOCUMENTOS INFORMAÇÕES. Rio de Janeiro: 4768 - C. Mendes Junior - Rio, 1938.
- BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Univ. São Francisco: Ed. FGV, 2001
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil*. RBCS, vol. 22, n° 65, 2007.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A publicação das Obras Completas de Rui Barbosa: edição e sociabilidades intelectuais (1930 – 1949)*. Tese (titulação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Departamento de Ciências aplicadas à Educação. Defesa: Belo Horizonte, 2012.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro/Bragança Paulista: FGV/EUSF, 2000
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa Gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.